



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141004 - PR (2021/0004333-3)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : MAURICIO BUENO DOS SANTOS (PRESO)  
**ADVOGADO** : CAROLINE SOUSA RANGEL - PR103896  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ  
**CORRÉU** : JOHNATAS JOSE MYERS BORGES

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por MAURICIO BUENO DOS SANTOS contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (HC n. 66978-40.2020.8.16.0000).

O recorrente encontra-se preso preventivamente pela suposta prática dos delitos previstos no art. 33, *caput*, da Lei n.11.343/2006 e art. 180, *caput*, do Código Penal.

Sustenta que "a quantidade de droga, por si só, não é fundamento suficiente a justificar sua segregação preventiva" (fl. 289), de forma que não estariam presentes os requisitos necessários para a manutenção da custódia cautelar.

Aduz que os predicados pessoais do agente permitiriam que respondesse ao processo em liberdade.

Defende que a medida extrema poderia ser substituída por cautelares diversas.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para que seja revogada a prisão preventiva, aplicando-lhe medidas alternativas à prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente